



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO Nº : 21200.000354/2008-33
UNIDADE AUDITADA : CONAB - MATRIZ
CÓDIGO UG : 135100
CIDADE : BRASÍLIA
RELATÓRIO Nº : 208221
UCI EXECUTORA : 170964

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 208221, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab.

I - ESCOPO DOS EXAMES

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 28Abr2008 a 14Mai2008, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- FORMALIZAÇÃO LEGAL DA PC - PROCESSO NÃO SIMPLIFICADO;
- CUMPRIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO TCU E DA CGU;
- AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS;
- QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES;
- TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS;
- REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS;
- REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS;
- ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR;
- ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA;
- AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS.

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas detalhadamente no Anexo-"Demonstrativo das Constatações" e que dão suporte às análises constantes neste Relatório de Auditoria.

4. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-47/2004 54/2007 e pelas DN-TCU-85/2007 e 88/2007, Anexo XI.

5. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-85/2007, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo-"Demonstrativo das Constatações", efetuamos as seguintes análises:

5.1 ITENS RELATÓRIO COMPLETO

No que tange ao processo da Conab/Matriz, o total de ativo gerido no exercício de 2007 foi de R\$ 2.582.235.241,34, conforme registrado no Balanço Patrimonial à fl. 440 do processo de Prestação de Contas, tratando-se, portanto, de Prestação de Contas não Simplificada.

Ao que concerne à formalização do processo de prestação de contas, identificamos a repetição das folhas 316 a 354 e 357 a 394, a ausência do Anexo J - Informações sobre o Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius no Índice do Relatório de Gestão, assim como a não inclusão das Suregs SP, PR e RN no Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (Anexo B).

Em resposta aos questionamentos da equipe de auditoria, o gestor informou ter ocorrido falhas na formação do processo, ocasionando a repetição das folhas acima informadas e da ausência do Anexo J no Índice do Relatório do Gestor. Pertinente ao Demonstrativo de Perdas, o gestor informou haver duas ocorrências de perdas para a Sureg/PR, as quais serão ressarcidas por meio de desconto na folha de pagamento dos empregados responsabilizados, conforme descrito no item 2.1.1.1 do anexo I desse Relatório.

No tocante ao grau de alcance das metas físicas e financeiras para as seguintes Ações dos Programas Abastecimento Agroalimentar e Gestão da Política Agropecuária, a Conab informou o que se segue:

Programa 0352 - Abastecimento Agroalimentar

Ação: 2138 - Aquisição de Produtos para Comercialização	Previsto	Realizado	%
Físico	52.000	112	0,22
Financeiro	100.000.000	231.950	0,23
Ação: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Previsto	Realizado	%
Físico	19.920	13.606	68,30
Financeiro	11.370.000	11.345.478	99,78
Ação: 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Previsto	Realizado	%
Físico	550	445	80,91
Financeiro	1.900.000	1.900.000	100
Ação: 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Previsto	Realizado	%
Físico	3.320	3.141	94,61
Financeiro	5.000.000	4.797.035	95,94
Ação: 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Previsto	Realizado	%
Físico	3.320	3.192	96,14
Financeiro	13.900.705	13.879.649	99,85
Ação 4702 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	Previsto	Realizado	%
Físico	5.870	2.061	35,11
Financeiro	300.000	286.228	95,41

Ação: 2137 - Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares	Previsto	Realizado	%
Físico	15.000.000	17.581.743	117
Financeiro	1.600.000	1.585.064	99,07
Ação: 2130 - Formação de Estoques Públicos	Previsto	Realizado	%
Físico	4.042.440	876.500	21,68
Financeiro	2.300.000.000	655.298.740	28,49
Ação: 2133 - Operacionalização da Comercialização de Produtos	Previsto	Realizado	%
Físico	27	27	100
Financeiro	3.000.000	2.994.512	99,82
Ação: 4710 - Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	Previsto	Realizado	%
Físico	1.200	1.333	111
Financeiro	150.000	147.756	98,50
Ação: 2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	Previsto	Realizado	%
Físico	40	84	210
Financeiro	10.000.000	9.781.631	97,82
Ação: 4706 - Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento	Previsto	Realizado	%
Físico	900.000	0	0
Financeiro	120.000	113.525	94,60

Programa 0360 - Gestão da Política Agropecuária

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Previsto	Realizado	%
Físico	790	590	74,68
Financeiro	943.457	789.076	83,64
Ação 4711 - Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	Previsto	Realizado	%
Físico	6	12	200
Financeiro	1.000.000	984.672	98,47

Quanto ao Programa 0352, destacamos o baixo índice de execução das metas físicas e financeiras da Ação 2138 - Aquisição de Produtos para Comercialização. Segundo consta do Relatório do Gestor, folha 65 do processo de prestação de contas, a execução da ação foi prejudicada por dificuldades na celebração de convênios com prefeituras municipais e outras instituições participantes. Não obstante, conforme informado no relatório, a Conab vem buscando celebrar convênios com prefeituras municipais, objetivando a aquisição de produtos alimentícios produzidos por agricultores familiares, para utilização na merenda escolar em escolas públicas, no entanto há empecilhos legais para a integração entre o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA com o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

Em relação à Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, identificamos baixo índice de execução física, 68,30%, diante da realização financeira de 99,78%. No Relatório de Gestão, o gestor atribui ao aumento do número de beneficiários em decorrência da contratação de empregados, à ampliação dos procedimentos e ao reajustamento de preços praticados pelos prestadores de serviços.

Ressaltamos, ainda para o programa 0352, o baixo índice de execução da meta física para a Ação 4702 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras. Em resposta ao questionamentos da equipe de auditoria referente ao fato, o gestor alegou que a realização de cadastramentos/recadastramentos emergências dificultaram a realização da meta. No

Relatório de Gestão, folha 74, o gestor informa sobre a dificuldade de formação de equipes com empregados da própria Sureg, ocasionando maiores gastos com diárias e passagens.

Outro item, que merece destaque, é a ausência de execução física para a ação 4706 - Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento, onde não foi apresentada execução física, apesar da realização financeira de R\$ 113.525,00, ou 94,06% do previsto. Consoante o Relatório de Gestão, as metas físicas não foram executadas em decorrência da frustração da celebração de convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, o qual custearia parte das despesas da ação. Todavia, ainda no referido relatório, diante da impossibilidade de execução do objeto da ação, os recursos da ação foram utilizados para treinamento de fiscais e conscientização de agentes armazenadores, além de visitas técnicas a detentores de estoques privados de produtos agropecuários, com vistas a definição e a implementação da sistemática de fiscalização.

Contudo, a manifestação do gestor não esclareceu a relação das atividades de treinamento e conscientização executadas com o objetivo da ação, tampouco apresentou os resultados obtidos. Ademais, vale ressaltar que, a exemplo do exercício atual, não foi informado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN a realização das metas físicas para a referida ação no exercício de 2006.

Salientamos que os itens supra apresentados para o Programa 0352 - Abastecimento Agroalimentar constam do item 2.1.1.1 do Anexo desse relatório.

Quanto ao Programa 0360 - Gestão da Política Agropecuária, notou-se a execução física e financeira com índices satisfatórios.

Quanto a atividade econômica exercida pela Conab, é mister destacar que o resultado do exercício da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de contratos de opções, agricultura familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração.

De acordo com as demonstrações financeiras, exercício de 2007, a Companhia apurou lucro após a contribuição social e o imposto de renda, na ordem de R\$ 29.397.692,76 (vinte e nove milhões, trezentos e noventa e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e seis centavos). Aumento significativo a comparar com o exercício de 2006, R\$ 665.933,88 (seiscentos e sessenta e cinco mil, novecentos e trinta e três reais e oitenta e oito centavos).

RECOMENDAÇÃO: 001

Que a Conab aloque as despesas nas respectivas ações orçamentárias, abstendo-se, portanto, de realizar gastos desconexos com o objetivo estabelecido para cada ação.

5.2 QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

De acordo com o Relatório de Gestão da Conab, às fls. 157 à 166, a Direção da Companhia Nacional de Abastecimento instituiu Projeto Empresarial para a implantação de indicadores de desempenho, resultando em 4 grupos de indicadores, abaixo relacionados:

1 - Indicadores de Desempenho Operacional para a atividade de fiscalização, visando à melhoria dos controles internos sobre os estoques públicos; diminuição de ocorrências de desvio e perdas de produtos alimentícios; e avaliação das condições de armazenagem, as quais podem acarretar perdas quantitativas e qualitativas dos produtos. Constituem-se em 7(sete) tipos de indicadores, em

fase de implantação e análise para a verificação da consistência e utilidade, apresentando alguns resultados no exercício de 2007.

2 - Indicadores vinculados ao Programa de Abastecimento Agroalimentar, de cunho nacional, visam avaliar a execução das ações orçamentárias do Programa, uma vez que não existem indicadores estabelecidos no Plano Plurianual.

3 - Indicadores vinculados ao Planejamento Estratégico, objetivam confrontar os resultados alcançados pela Companhia, em face das metas estabelecidas, por meio do Mapa Estratégico Corporativo da Conab. Vale salientar que estes indicadores dependem dos demais indicadores de desempenho e alguns encontram-se em fase de revisão.

4 - Indicadores Operacionais, objetivam retratar a situação econômico-financeira da Companhia com base nos registros contábeis, contemplando inclusive, as contas relativas às operações governamentais. Constituem-se nos quocientes de liquidez, endividamento e estrutura e rentabilidade.

5.3 AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

No decorrer dos trabalhos de auditoria, identificamos fragilidades nos Controles Administrativos evidenciadas nos itens 1.1.2.2, 1.2.1.4, 1.2.2.1, 1.2.6.1, 2.1.1.1 e 3.2.1.2. No que concerne ao Controle Contábil, constatamos falhas nos itens 1.1.3.2, 1.1.4.2 e 1.2.4.2.

5.4 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Segundo Relatório de Gestão, no exercício de 2007, foram repassados recursos à Conab por meio de convênios e termos de cooperação com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Para a execução do convênio com o MDS, SIAFI nº 592025, firmado em jun/2007, com vigência até dez/2007, foram repassados recursos orçamentários/financeiros no valor de R\$123.916.720,00 à Conab, visando o desenvolvimento de ações complementares da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Em 2007 foram celebrados dois Termos de Cooperação entre a Conab e o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA (Portaria Conjunta n.º 3, de 17 de abril, e n.º 107, de 11 de dezembro), objetivando a aquisição de produtos de agricultores familiares nas modalidades Compra Direta e Formação de Estoques. Para tanto, o MDA repassou recursos orçamentários/financeiros no valor de R\$ 91.855.575,00.

Quanto as transferências realizadas, durante o exercício de 2007, a Conab/Matriz repassou a quantia de R\$162.942,00 a Fundação Arthur Bernardes - Funarbe, relativo a 2ª parcela do convênio (SIAFI nº 572144) celebrado com a entidade, com vigência de 2006 a 2010, tendo como objeto o treinamento, aperfeiçoamento e capacitação de pessoas ligadas ao setor de produção e armazenamento agrícola, empregados da Conab ou de pessoas por ela indicadas, bem como a realização de seminários, aprimoramento de material didático dos cursos e produção de boletins, etc. O resultado do exame realizado no processo encontra-se apresentado no item próprio do Anexo a este Relatório de Auditoria.

5.5 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

A tabela abaixo fornece os totais dos valores dos processos licitatórios analisados, dentro do universo do programa 0352 - Abastecimento Agroalimentar por modalidades de licitação:

Modalidade de Licitação	Empenho Emitido (R\$)	Valor analisado (R\$)	% valor sobre total
Convite	133.285,87	78.833,95	59,1
Tomada de preço	165.583,17	0	0,0
Concorrência	913.780,51	0	0,0
Dispensa de licitação	1.331.046,23	6.310,05	0,5
Inexigível	9.965.790,44	230.456,83	2,3
Não se aplica	245.006.222,95	1.783.424,52	0,7
Suprimento de fundos	27.164,26	1.579,41	5,8
Pregão	11.966.185,95	103.090,00	0,9

Da análise dos processos, foi verificada impropriedade na formalização de processo para a contratação de serviços de engenharia (Item 1.2.7.1 do Anexo I).

5.6 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

De acordo com o Relatório Gerencial do Quadro de Pessoal, em dezembro de 2007, a entidade contava com 3.339 (três mil, trezentos e trinta e nove) empregados em efetivo exercício, dentre os quais 1.404 (mil, quatrocentos e quatro) referem-se a empregados recontratados, reintegrados e anistiados por decisão judicial, ou por determinação da Lei nº 8878/94, conforme observado do quadro fornecido pela entidade.

SITUAÇÃO CONTRATUAL	NÍVEL				TOTAL
	AUXILIAR	MÉDIO	SUPERIOR	CONT. ESPECIAL	
NORMAL	668	592	652	21	1933
REINTEGRAÇÃO JUDICIAL (TRANSITADO EM JULGADO)	232	99	27	0	358
REINTEGRAÇÃO JUDICIAL (LIMINAR)	56	15	4	0	75
READMISSÃO ANISTIA (TRANSITADO EM JULGADO)	149	83	13	0	245
READMISSÃO ANISTIA (LIMINAR)	76	28	9	0	113
ANISTIADO (LEI 8878/1994)	425	145	43	0	613
OUTROS (IND JUDICIAL)	2	0	0	0	2
TOTAL	1608	962	748	21	3.339

No entanto, nos exames realizados, constatamos haver divergências entre o quantitativo total apresentado no Relatório Gerencial do Quadro de Pessoal (3.339 empregados) e o quantitativo constante no SIAPE (3.347 empregados), fato este já observado na auditoria de avaliação de gestão do exercício de 2006.

As tabelas abaixo mostram o total de empregados por escolaridade e por situação funcional, segundo o SIAPE:

Tabela de empregados por escolaridade

NÍVEL	DENOMINAÇÃO	TOTAL
1	ANALFABETO	4
2	ALFABETIZADO SEM CURSOS REGULARES	27
4	4ª SÉRIE DO PRIMEIRO GRAU COMPLETA	1
5	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	518
6	ENSINO FUNDAMENTAL	479
8	ENSINO MÉDIO	1.299
10	ENSINO SUPERIOR	1.019
TOTAL		3.347

* fonte: SIAPE, consulta GRCOSERESC, referência dez/2007.

Tabela de empregados por situação funcional

SITUAÇÃO	SITUAÇÃO	QUANTIDADE
03	REQUISITADO	2
04	NOMEADO CARGO COMIS.	25
05	SEM VINCULO	14
08	CEDIDO	705
23	CELETISTA/EMPREGADO	2.601
TOTAL		3.347

* fonte: SIAPE, consulta GRCOSITCAR, referência dez/2007.

RECOMENDAÇÃO: 001

Diante do exposto, recomendamos à Conab efetuar levantamentos das inconsistências apontadas e a atualização das informações dos empregados, junto ao Sistema de Pessoal e SIAPE, de forma a obter a fiel correspondência de dados entre os dois sistemas.

5.7 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Verificamos que o Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius teve seus demonstrativos contábeis auditados pela empresa de auditoria independente HLB Audilink - Auditores & Consultores. De acordo com o parecer da Audilink, de 27/02/2008, exceto quanto aos efeitos que possam advir em decorrência de o interventor não ter apresentado carta de responsabilidade para o período de 01/01/07 a 20/11/2007, as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, em 31/12/2007, o resultado de suas operações e o seu fluxo financeiro, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todavia, ainda no referido Parecer da Auditoria Independente, constam parágrafos de ênfase relativos ao desequilíbrio atuarial do Instituto e à necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação para correção dos benefícios concedidos.

No decorrer dos trabalhos de auditoria, constatamos a ausência de manifestação da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, acerca das atividades realizadas pelo Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, conforme estabelecido no subitem 4.2.7 da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, de 06/12/2006. Atendendo ao questionamento da equipe de auditoria acerca da ausência da peça supracitada, o gestor informou que o Cibrius e a Conab vêm, desde 2007, solicitando a emissão da mencionada manifestação sem, contudo, obter uma resposta formal da SPC.

Outro fato identificado, no exercício de 2007, foi a ausência de fiscalização da Auditoria Interna da Conab sobre as atividades do Cibrius, em desacordo com os termos do artigo 25 da Lei Complementar n.º 108/2001. Destacamos que a ausência de fiscalização por parte da Conab também foi relatada no exercício de 2006, item 3.4.1.1 do Anexo I, Relatório de Avaliação de Gestão n.º 190666/2007.

Ressaltamos que o Cibrius esteve sob intervenção da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social até 30/11/2007.

Informamos ainda que os fatos supra citados, assim como as respectivas recomendações, constam do Anexo I desse relatório, item 1.2.5.2.

Quanto ao repasse de contribuições ao Cibrius, segundo o Relatório de Gestão, folha 181 do processo de prestação de contas, a Conab repassou ao Instituto, a título de contribuição patronal/paritária, o valor de R\$ 9.310.234,46. Os empregados participantes contribuíram com o mesmo valor, conforme critério de paridade exigido pela Constituição Federal, Art. 202, § 3º.

5.8 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Da consulta ao sítio do Tribunal de Contas da União - TCU, bem como ao processo de prestação de contas nº 21200.000354/2008-33, notadamente o anexo "D" - "recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN TCU nº 85/2007)", verificamos que foram emitidos os Acórdãos 1429/2007 - 1ª Câmara e Acórdãos 1640, 2037, 2170 - 2ª Câmara. As providências adotadas pela Companhia com relação às determinações do TCU descritas nos itens dos mencionados Acórdãos foram abordados no item 2.3.1 do anexo I a este relatório.

5.9 RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A gestão do Projeto de Revitalização da Conab - PNUD BRA 03/034 foi tratado no Relatório de Auditoria nº 207852, tendo sido detectadas impropriedades que não resultaram em dano ao erário. Nesse relatório encontra-se consignado despesas no exercício de 2007 no montante de US\$ 5,381,534.59 nas sub-linhas orçamentárias 15.01, 16.71, 17.02, 21.01, 45.01 e 45.02, conforme quadro a seguir.

Gastos do exercício de 2007 por sub-linha orçamentária

Sub-linha orçamentária	Valor em US\$
15.01 - Viagens Oficiais	395,623.47
16.71 - Missões Oficiais	924.29
17.02 - Consultoria Pessoa Física	843,299.99
21.01 - Consultoria Pessoa Jurídica	3,794,770.00
45.01 - Material de Consumo	11,551.82
45.02 - Material Permanente	178,621.30
TOTAL	5,224,790.87
Taxa de Administração	156,743.72
Total Geral	5,381,534.59

Há registro também de acréscimo no valor do projeto que passou de US\$ 21,909,915.00 para US\$ 26,038,658.00. No período de 2004 a 2007 o projeto executou despesas de US\$13,086,760.38, conforme quadro a seguir.

Gastos Consolidados no Período de 2004 a 2007, em US\$

MÊS	2004	2005	2006	2007
01	0.00	68,505.00	617,032.66	337,113.51
02	1,286.94	191,583.36	152,995.10	598,415.17
03	10,131.02	124,925.37	524,134.85	278,478.70
04	26,406.53	122,772.80	243,162.81	356,540.14
05	56,064.02	148,292.36	366,044.65	360,486.73
06	77,359.50	255,367.76	368,542.24	379,562.19
07	65,452.13	193,207.68	333,995.99	477,662.43
08	49,316.83	162,675.31	331,239.63	522,947.13
09	126,684.06	181,247.03	273,009.06	138,165.73
10	116,173.59	258,830.89	319,197.73	293,329.31
11	117,858.76	239,044.20	367,367.11	1,100,472.48
12	226,067.67	682,481.11	463,513.95	381,617.16
TOTAL ANUAL	872,801.05	2,628,932.87	4,360,235.78	5,224,790.68
SALDO CUMULATIVO	872,801.05	3,501,733.92	7,861,969.70	13,086,760.38

5.10 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

A Coordenadoria de Auditoria Interna - Coaud da Conab, no decorrer do exercício de 2007, concluiu o Sistema de Auditoria Interna -Siaudi,

desenvolvido em parceria com a Superintendência de Modernização Empresarial - SUMEP. Segundo o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINI, página 9, a ferramenta foi implementada a partir de janeiro de 2008, possibilitando, dentre outras funcionalidades, acompanhar em tempo real os achados de auditoria consignados em itens de relatório. Não obstante, em setembro de 2007 iniciou-se um ciclo de capacitação de usuários nas unidades regionais e na Matriz. Os treinamentos deverão se concluídos no exercício de 2008.

Outro fato relatado no Raint é a alta rotatividade de pessoal lotado na Coaud/Conab. As constantes mudanças na equipe ocasionaram custos de reposição, treinamento, além de prejuízos à continuidade e ao conhecimento adquirido das operações da Companhia.

Em relação ao Plano de Anual de Atividades da Auditoria Interna - Paint, exercício 2007, a Coaud/Conab realizou as auditorias programadas, extrapolando, inclusive, as metas previstas. Entretanto, a Coaud não realizou a Auditoria Especial no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, em que pese haver sido programado. Destacamos que esse fato consta do item 1.2.5.2 do Anexo 1 desse relatório.

No que diz respeito à estratégia adotada para os trabalhos de campo realizados no exercício de 2007, foi dado enfoque à conformidade normativa. Segundo o Raint, a aplicação dos programas de auditoria voltados para o aspecto do cumprimento normativo demonstrou razoável segurança, de modo geral, na aderência às normas corporativas, a leis e a atos normativos externos, por parte das unidades visitadas. Contudo, a quantidade de recomendações emanadas nas áreas de balanço contábil, comercialização (PEP, VEP, PROP), licitações e contratos demonstrou maior fragilidade nos controles internos dessas áreas. Destaca-se que estas, quando somadas, representam 75% do total de recomendações exaradas no exercício.

Quanto à situação das recomendações pendentes exaradas pela Auditoria Interna, a Conab encaminhou a Nota Técnica AUDIN nº 09, de 23.05.2008, a qual reproduzimos no subitem 1.1.1.2 do Anexo I deste Relatório.

5.11 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

A Conab, no exercício de 2007, estava desobrigada de utilizar Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF por se tratar de empresa pública, não sendo atingida pelo Decreto nº 5.355/2005, assim não utilizou o CPGF.

Ressalta-se que o referido Decreto teve sua redação alterada pelo Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, que passou a regulamentar a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, para pagamento das despesas realizadas com compra de material e prestação de serviços.

5.12 CONTEÚDO ESPECÍFICO

As informações referentes às irregularidades identificadas nas Superintendências Regionais - Suregs de CE, PE, AM, GO, MG, MT, PR, RO e RS, unidades cujas prestações de contas são desconsolidadas, constam do item 1.1.1.3 do Anexo I deste relatório.

5.13 CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

As constatações verificadas estão consignadas no Anexo-"Demonstrativo das Constatações", não tendo sido estimada pela equipe ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo-"Demonstrativo das Constatações" deste Relatório.

Brasília/DF, 28 de julho de 2008.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

CERTIFICADO N° : 208221
UNIDADE AUDITADA : CONAB - MATRIZ
CÓDIGO : 135100
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 21200.000354/2008-33
CIDADE : BRASÍLIA

CERTIFICADO DE AUDITORIA

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2007 a 31Dez2007.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pelas unidades, bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria.

3. Em nossa opinião, diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão n° 208221 considero:

3.1 REGULAR COM RESSALVAS a gestão dos responsáveis a seguir listados:

FALHA(s) MEDIA(s)

1.2.4.2

Falta de conclusão do processo interno de apuração sobre supostas irregularidades no âmbito da Conab, objeto do Acórdão n° 1.429/2007 - 1° Câmara, processo TC n° 007.127/2007-9. (processos administrativos n°s 21200.001711/2007-08 e 21000.006578/2005-62).

FALHA(s) MEDIA(s)

1.1.2.2

Inconsistências identificadas pela Auditoria Interna da Conab na operação de Prêmio para Escoamento de Milho-PEP n° 079/06, tais como: notas fiscais, destinadas à exportação, ausentes do Relatório de Registro de Saídas da empresa exportadora; classificação imprópria dos tipos de Notas Fiscais de venda; e faturamento

constante das Notas Fiscais de venda acima do valor de referência - Preço mínimo.

FALHA(s) MEDIA(s)

1.2.4.1

Atendimento parcial do Acórdão 1.640/2007 - 2ª Câmara, ante a ausência de conclusão no tocante a Tomada de Contas Especial, objeto do processo nº 1.568/2005.

FALHA(s) MEDIA(s)

1.2.5.1

Assinatura intempestiva de Termo Aditivo do contrato de serviços de engenharia, objeto do processo licitatório n.º 21200.002116/2007-81, incorrendo na realização de pagamentos sem respaldo contratual.

FALHA(s) MEDIA(s)

1.2.1.3

Permanência de pendências quanto aos créditos a receber referente a cessão de empregados.

3.2 REGULAR a gestão dos demais responsáveis tratados no mencionado relatório de auditoria.

Brasília, 30 de julho de 2008.

RACHEL URBANO RIBEIRO
Coordenadora-geral de Auditoria da DRAGR/SFC/CGU-PR
Substituta



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO N° : 208221
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 21200.00354/2008-33
UNIDADE AUDITADA : CONAB MATRIZ
CÓDIGO : 135100
CIDADE : BRASÍLIA

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

Em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VIII, art. 14 da IN/TCU/N.º 47/2004 e fundamentado no Relatório, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE COM RESSALVA** da gestão dos responsáveis relacionados no item 3.1 do Certificado de Auditoria e pela **REGULARIDADE** da gestão dos demais responsáveis, referente ao período de 01/01/2007 a 31/12/2007.

2. As questões objeto de ressalvas foram levadas ao conhecimento dos gestores responsáveis, para manifestação, conforme determina a Portaria CGU n.º 1950, de 28 de dezembro de 2007, que aprovou a Norma de Execução n.º 05, de 28 de dezembro de 2007, e estão relacionadas em tópico próprio do Certificado de Auditoria. As manifestações dos Gestores sobre referidas questões constam do Relatório de Auditoria.

3. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 30 de julho de 2008

Lucimar Cevallos Mijan
Diretora de Auditoria da Área de Produção e Emprego